

## Relato de Experiência

# Qual Educação Financeira Queremos em Nossa Sala de Aula?



André Bernardo Campos<sup>7</sup>  
Marco Aurélio Kistemann Jr.<sup>8</sup>

### Resumo

Este artigo aborda a Educação Financeira e é parte das investigações do Grupo de Investigações Financeiro-Econômicas em Educação Matemática (GRIFE/UFJF), liderado pelo segundo autor desse artigo. Nossa intenção é discutir o tipo de educação que queremos ofertar aos nossos alunos, mais especificamente em relação a práticas financeiras. Para tal, apresentamos um cenário que, a nosso ver, muito se afasta do que entendemos ser uma efetiva Educação Financeira. Discutimos o papel do professor, apresentando uma proposta alternativa, para se trabalhar o tema em questão em cenários para investigação com situações-problema de cunho financeiro-econômico.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Educação; Práticas Financeiras.

### Introdução

Em 2003, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), incluiu a temática da Educação Financeira em sua pauta de discussão, entendendo que:

Educação Financeira é o processo pelo qual os consumidores financeiros/ investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005)

Seu próximo passo foi estabelecer o *Financial Education Project*, um programa cuja intenção era analisar o que estava acontecendo de Educação Financeira pelo mundo, particularmente nos países membros e em algumas nações não pertencentes a essa organização. Diante desse diagnóstico, recomendações e diretrizes foram enviadas aos países para que estes pudessem implementar ações vinculadas à Educação Financeira. Entretanto, essas ações precisavam ser avaliadas pela OCDE, o que se constituiu como um problema, pois essas avaliações – avaliações em larga escala – possuem custos demasiadamente

<sup>7</sup>Mestre em Educação Matemática (Departamento de Matemática UFVJM) E-mail: [andre.campos@ufvjm.edu.br](mailto:andre.campos@ufvjm.edu.br)

<sup>8</sup>Doutor em Educação Matemática (Departamento de Matemática-UFJF). E-mail: [marco.kistemann@ufjf.edu.br](mailto:marco.kistemann@ufjf.edu.br)

## QUAL EDUCAÇÃO FINANCEIRA QUEREMOS EM NOSSA SALA DE AULA?

elevados e, de acordo com as propostas da OCDE, tal processo avaliativo estava sob a responsabilidade dos países, sendo que muitos deles não tinham o dinheiro necessário para executá-la (OCDE, 2005, p.135).

Assim, buscando meios de contornar este impasse, a OCDE então sugeriu que as instituições financeiras entrassem como parceiras auxiliares, inclusive porque no estudo realizado por essa organização já constava que a maior parte das iniciativas sobre Educação Financeira estava vinculada aos bancos.

Contudo, não vemos com bons olhos essa prática, isto é, o de incluir os bancos no processo do que muitos têm chamado de “alfabetização” financeira. Não é a inclusão em si que nos preocupa, mas a possibilidade de terem o “passe livre” para disseminarem (muito sutilmente, obviamente) ideias que favoreçam os interesses próprios da empresa bancária através dos programas de Educação Financeira. E, segundo estudos de Britto (2012, p. 33), isso já está acontecendo:

As instituições financeiras e bancárias são aquelas responsáveis em parcerias com o Estado, nas várias estratégias nacionais analisadas, de desenvolverem propostas curriculares de Educação Financeiras que, por sua vez, figuram como estratégias do capital, iniciativas neoliberais de produção/constituição de consumidores de produtos financeiros.

Os bancos são acima de tudo empresas e como tal toda sua atividade gira em torno de lucros e/ou vantagens. E, claramente, eles não serão imparciais (como não estão sendo) quanto à oferta de uma Educação Financeira que os beneficie. Nesse sentido, Britto (2012), com um tom provocativo, levanta a questão de por que não deixarmos as instituições financeiras cuidarem da Educação Financeira? Segundo ele, ainda em tom irônico, não seria bastante razoável, visto a experiência acumulada por essas instituições no tratamento deste tema? E o próprio pesquisador responde à questão, metaforicamente, com outra pergunta: “É possível pedir a lobos que cuidem de ovelhas?” (BRITTO, 2012, p. 173).

A conclusão é muito interessante e até certo ponto preocupante, pois diante da crescente complexidade das informações financeiras está o indivíduo que passa a depender cada vez mais do aconselhamento provido pelos próprios prestadores de serviços financeiros.

Diante disso, qual é a “Educação Financeira” que interessa aos bancos? Entendemos que uma educação que tem como intenção apresentar seus produtos financeiros para que sejam eventualmente adquiridos por indivíduos-consumidores fidelizados (KISTEMANN JR, 2011, IN-

## QUAL EDUCAÇÃO FINANCEIRA QUEREMOS EM NOSSA SALA DE AULA?

TROD.). Trata-se na realidade de um comércio e, a estratégia usada nesse contexto é diversificar o termo “dinheiro”, transformando-o em cartão de crédito, cheque especial, financiamentos, investimentos, empréstimo consignado, criando e, por que não, impondo a necessidade por tais produtos financeiros.

Em meio a este cenário está a escola, instituição que tem (ou que pelo menos deveria ter) a “responsabilidade de promover todos os seus alunos, de emancipá-los para a participação e de valorizar suas diferenças individuais, ao invés da seleção de alguns, da domesticação para a obediência ou do nivelamento por baixo ou pela média” (CAMPOS, 2013, p. 17).

Logo, surge uma importante pergunta: “Qual Educação Financeira nós queremos em nossas salas de aula?” Como resposta, podemos dizer que queremos simplesmente apresentar aos nossos alunos uma Matemática Financeira pautada em probleminhas de regra de três, juros simples e compostos que, em sua maioria, não são suficientes para preparar o indivíduo para lidar com as situações do seu cotidiano, tendo esta prática, portanto, apenas o intuito de cumprir o cronograma escolar. Outra possibilidade seria nos apropriarmos das propostas dos bancos que, a nosso ver, são formatadas e auxiliadas pe-

lo Capitalismo de Consumo que, por sua vez, visa transformar aparente desejo em extrema necessidade, tendo no crédito concedido pelas instituições financeiras o combustível necessário para alimentar um consumo desenfreado, inconsciente e inconsequente, dando início a uma cadeia que tem no ato consumista o motivo final para o consumo.

Contudo, de modo contrário, também podemos adotar uma postura que visa contribuir para desencadear reflexões e, por que não, ações, num sentido mais voltado à tomada de decisão de consumo das pessoas, contribuindo para a formação de cidadãos financeira e criticamente educados. Nesse sentido, estaríamos preocupados com a oferta de uma educação (financeira) que possibilite ao indivíduo-consumidor se posicionar criticamente em relação ao panorama econômico que tem se estabelecido na atualidade, buscando compreender o *modus operandi* da sociedade da qual é participante, evitando uma postura passiva diante dessas questões, bem como das instituições financeiras (CAMPOS, 2013).

### **1. Educação Financeira Crítica: uma alternativa à prática clássica**

Muitos trabalhos têm relatado as

---

**QUAL EDUCAÇÃO FINANCEIRA QUEREMOS EM NOSSA SALA DE AULA?**

---

práticas ainda muito focadas no ensino tradicional da Matemática. Esse modelo de ensino é classificado por Skovsmose (2000) como *paradigma do exercício*, isto é, aquela aula dividida em dois blocos. Primeiro a teoria, apresentada pelo professor e formalizada a partir de definições e propriedades, bem como algumas técnicas e algoritmos, finalizando com alguns exemplos. Por conseguinte, são trabalhados os exercícios, momento destinado à resolução de tarefas por parte dos alunos, baseadas quase sempre nos algoritmos apresentados pelo professor.

Em momento algum defendemos suprimir a prática dos exercícios, tampouco a teoria, pois reconhecemos seu valor. Por outro lado, não podemos encará-los como o único meio de abordagem pedagógica em nossas salas de aula de matemática, ainda mais quando observamos a força das propagandas e suas técnicas e estratégias de marketing que a mídia vincula ostensivamente, das mais variadas formas, com argumentos extremamente elaborados, procurando ditar a maneira como os indivíduos-consumidores devem viver e, principalmente, consumir.

Assim, Skovsmose (2000) propõe um novo ambiente de aprendizagem, os cenários para investigação, isto é, ambientes que podem dar suporte a um trabalho

de investigação, no qual os alunos, mediados por seu professor e convidados por este, são os agentes responsáveis pelo processo, uma vez que serão eles que formularão as questões, bem como as explicações. Ou seja, em vez da imposição de comandos há um convite à participação investigativa para explorações e descobertas.

Para finalizar, como dito anteriormente, não desejamos erradicar ou desvalorizar a prática de exercícios nas salas de aula, tampouco afirmar que os cenários para investigação são a solução para os problemas da sala de aula de Matemática. Cremos, portanto, ser possível a busca de um caminho entre os diferentes tipos de ambientes de aprendizagem, um equilíbrio, de modo a contribuir com a oferta de novos ambientes de investigação financeiro-econômicos aos alunos, levando-os a refletir e agir, oferecendo, assim, uma Educação Financeira Crítica.

## **2. Uma tentativa de dissipar a neblina: situações-problema**

Durante nossa caminhada profissional, algumas questões vão surgindo e, quando não temos respostas para elas, somos tomados por um sentimento de insatisfação e/ou vergonha ou ainda, incompetência. Buscando superar esses sentimen-

---

 QUAL EDUCAÇÃO FINANCEIRA QUEREMOS EM NOSSA SALA DE AULA?
 

---

tos, pautamo-nos numa zona de conforto, ou seja, estabelecemos um ambiente em sala de aula que não permite imprevistos, dúvidas, questionamentos, discussões, marcados pelo paradigma do exercício criticado por Skovsmose (2000).

Não podemos generalizar, mas em muitos momentos buscamos controlar tudo, até mesmo ao ponto de conseguirmos garantir, inclusive, qual o próximo passo a ser tomado. Diante dessa postura, nós professores, em geral, em alguns momentos “ensinamos em plena neblina... Ignoramos quase todos os mecanismos que povoam a compreensão ou incompreensão de um determinado assunto” (GLAESER, 1982, p. 203). Ainda nos concentramos na transmissão de informações, em exercícios padrão, fechando nossos olhos ao que efetivamente está acontecendo e acreditando na uniformidade da aprendizagem de todos os alunos e alunas.

Assim, com intuito de clarear ainda mais nossas ideias e de superar essa visão única exposta no parágrafo anterior, apresentaremos algumas situações-problema que julgamos estarem em consonância com a Educação Financeira que defendemos.

**Situação-problema 1:** Uma loja vende um Smartphone com duas possibilidades de pagamento. À vista por

R\$800,00 ou com uma entrada de 50% mais uma parcela de R\$480,00, após 30 dias. Assim, qual é a taxa de juros que estará pagando o indivíduo-consumidor que escolher a segunda opção de pagamento?

Imediatamente após a apresentação do problema, provoca-se o aluno com a seguinte resolução:

$$\begin{aligned} \text{Preço à vista} &= \text{R}\$800,00 \\ \text{Preço pago em duas parcelas} &= \text{R}\$400,00 + \text{R}\$480,00 \\ &= \text{R}\$880,00 \\ \text{Juros} &= \text{R}\$880,00 - \text{R}\$800,00 = \text{R}\$80,00 \\ \text{Taxa de juros: } &\text{R}\$80,00 \div \text{R}\$800,00 = 0,1 = 10\% \end{aligned}$$

O objetivo aqui é saber se o aluno concorda ou não com a solução e, caso não concorde, então ele deverá apresentar uma solução alternativa. A intenção é que o estudante possa analisar a veracidade do processo de construção da resolução, da ideia de taxa de juros, dos 10% encontrados, ou seja, não se está interessado exclusivamente em saber se ele é ou não capaz de calcular taxa de juros. Essa questão também pode trazer para o contexto da sala de aula discussões sobre um dos “truques” mais usados no comércio, qual seja, aquele de não descontar o valor pago na entrada para o cálculo dos juros, dando ao consumidor a impressão de juros menores do que de fato são. Questionamentos de como se defender dessa prática podem surgir, de modo que o Código de Defesa

---

**QUAL EDUCAÇÃO FINANCEIRA QUEREMOS EM NOSSA SALA DE AULA?**


---

do Consumidor (CDC) pode ser um poderoso instrumento durante o debate, bem como a menção do PROCON, órgão responsável por assessorar o consumidor que se sentir lesado, podendo inclusive auxiliar em questões judiciais. Esse tipo de situação-problema pode ainda evoluir, incluindo mais elementos, de forma a caminhar para situações em que a capitalização fosse composta, partindo para situações mais complexas.

Suponhamos agora a situação-problema anterior com alguns ajustes.

$$[800 \cdot (1 + i) - 460] \cdot (1 + i) - 460 = 0 \Rightarrow 800(1 + i)^2 - 460(1 + i) - 460 = 0$$

E, se estendêssemos o problema para três prestações com entrada mais duas prestações? E se fossem três prestações sem entrada? E o caso de quatro prestações sem entrada? Será que conseguiríamos determinar um padrão, de modo que pudéssemos estender o raciocínio para um número qualquer de prestações?

Obviamente, alguém poderia dizer que são poucos os alunos que conseguem resolver uma equação com grau maior que dois, entretanto, a ideia não é resolver uma equação do sexto grau, uma vez que temos softwares gratuitos que fazem esse trabalho como, por exemplo, o Microsoft Mathematics.

**Situação-problema 2:** Uma loja vende um Smartphone com duas possibilidades de pagamento. À vista por R\$800,00 ou em duas prestações de R\$460,00 sem entrada – uma para 30 dias e a outra para 60 dias. Assim, qual é a taxa de juros que estará pagando o indivíduo-consumidor que escolher a segunda opção de pagamento?

Veja que este caso pode ser resolvido a partir de uma equação do segundo grau:

**Situação-problema 3:** Considere o seguinte anúncio de um Smartphone. **PROMOÇÃO:** de R\$1.499,00 por apenas R\$1.000,00 ou em até 10 x R\$100,00 sem juros no cartão de crédito. a) Que elementos chamam sua atenção neste anúncio? b) Qual sua posição diante da afirmação de não haver juros na compra a prazo? Justifique; c) Suponha que você tenha na poupança R\$3000,00. Além disso, você trabalha em meio expediente e recebe R\$320,00 mensais. Qual seria sua opção de pagamento na compra desse aparelho? Justifique; d) Suponha que você esteja considerando a possibilidade de levar o produto à vista, mas insiste em conseguir um desconto. Assim, qual o desconto mí-



## QUAL EDUCAÇÃO FINANCEIRA QUEREMOS EM NOSSA SALA DE AULA?

nimo que deveria ser dado para valer a pena levá-lo à vista?

A primeira pergunta tem por intenção analisar o poder de sedução exercido pelas propagandas. Questões como essa podem propiciar inúmeras discussões. Com relação à segunda questão, muitas pessoas dizem que há juros e que esses juros “estão embutidos nas prestações”. Porém, a questão não é apenas desconfiar da existência dos juros e sim, conseguir dizer o valor e impacto desses juros na vida financeira.

Na terceira questão, alguns objetos terão que ser considerados para a tomada de decisão, talvez alguns alunos queiram fazer simulações para auxiliar nessa tomada de decisão e, nesse caso, o Excel é uma boa ferramenta. Inclusive, esse talvez seja um momento oportuno para se falar em planejamento financeiro. E mais, esse tipo de situação-problema possibilita ao aluno pensar muitas formas para o pagamento. Por exemplo, pode-se pagar à vista retirando dinheiro da poupança; pode-se pagar em prestações; pode-se juntar o dinheiro e pagar à vista sem mexer na poupança; pode-se considerar parte do salário, pois talvez uma parcela deste já esteja comprometida entre outras muitas opções.

Passemos agora para a última situ-

ação-problema a ser abordada nesse artigo, na qual abordaremos os descontos. Logicamente, precisamos ser coerentes quanto ao desconto requisitado, pois existe uma margem limite para a concessão de descontos pelo vendedor. Além disso, estaremos considerando este desconto tendo como parâmetro uma taxa de juros, isto é, a taxa de rentabilidade. Enfatizamos que esse pode ser um espaço interessante para o professor abordar e problematizar a cultura de investimentos ou outro assunto que surgir diante das considerações dos alunos.

É importante, contudo, ressaltar a importância de dar tempo aos alunos para discutirem e refletirem, bem como criarem estratégias para se posicionar diante das situações-problema apresentadas. Nesse sentido, torna-se imprescindível que o professor atue como mediador das ações, escutando os alunos e passando a desenvolver uma postura de colaborador, instigando-os a saírem da zona de conforto para a posição de agentes responsáveis pelo processo de aprendizagem, ou seja, em vez da imposição de comandos há um convite à participação investigativa para explorações e descobertas.

Convidamos o leitor a visitar a página do Mestrado Profissional em Educação Matemática (UFJF), no

## QUAL EDUCAÇÃO FINANCEIRA QUEREMOS EM NOSSA SALA DE AULA?

endereço eletrônico <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/>, e consultar, adaptar, modificar e utilizar as situações-problema presentes nos produtos educacionais das pesquisas efetuadas e com temas financeiro-econômicos.

### 3. Considerações finais

Neste trabalho apresentamos o cenário que tem se formado ao redor do que muitos estão considerando como Educação Financeira. Entretanto, temos vislumbrado aspectos que em muito se afastam do que entendemos ser uma autêntica Educação Financeira, pois concebemos uma educação voltada, sobretudo, para o exercício de uma cidadania crítica, reflexiva e participativa por parte dos alunos a partir da colaboração e mediação docente.

Nesse âmbito, apresentamos como proposta uma postura mais investigativa durante as aulas por parte dos alunos, tendo o professor como agente mediador do processo de aprendizagem. Este processo não mais conduzido pelo professor, mas sim em colaboração com seus alunos. Para auxiliar no diálogo entre nossas ideias e o leitor, apresentamos três situações-problemas que podem esclarecer nossa concepção acerca da Educação Financeira que idealizamos. Contudo, não queremos de modo algum, afirmar que nossas ideias serão a solução para os problemas econômico-financeiros enfrentados pelos indivíduos-consumidores, mas um relevante passo na direção de uma postura mais crítica frente às situações de consumo do dia a dia.

**Ainda não é Sócio?!**  
**Filie-se agora e faça parte da comunidade de Educadores Matemáticos!**  
**Regionais em todo território nacional!**





## QUAL EDUCAÇÃO FINANCEIRA QUEREMOS EM NOSSA SALA DE AULA?

## Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Código de defesa do consumidor. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRITTO, R. R. **Educação Financeira: Uma Pesquisa Documental Crítica**. 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2012.

CAMPOS, A. B. **Investigando como a Educação Financeira Crítica pode contribuir para tomada de decisões de consumo de jovens-indivíduos-consumidores**. 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2013.

GLAESER, G. A Didática Experimental da Matemática. **Boletim da Associação**

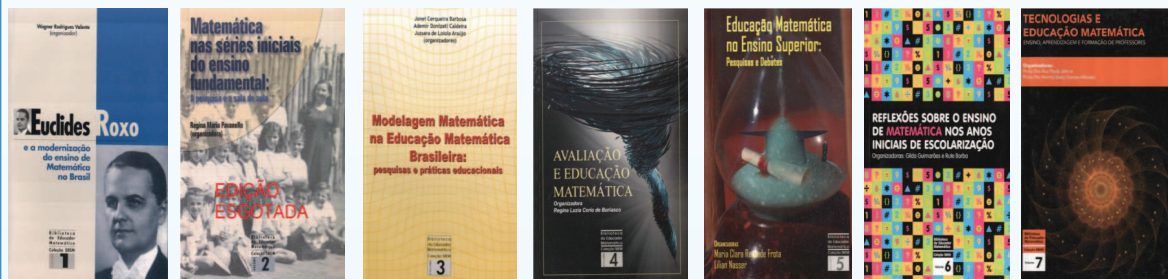
**dos Professores de Matemática do Ensino Público Francês**, nº 332, Fev. de 1982.

KISTEMANN JR. M. A. **Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores**. 2011. Tese de doutorado. Unesp - Rio Claro-SP, 2011.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**. 2005. Disponível em <<http://www.oecd.org/finance/financialeducation/35108560.pdf>>. Acesso em 13 de dezembro de 2012.

SKOVSMOSE, O. Cenários para investigação. **BOLEMA**, Rio Claro, SP, ano 13, nº. 14, p. 66-91, 2000.

## Coleção SBEM



## Como adquirir:

Escolha o(s) livro(s) de sua preferência:

- Ao valor do livros: acrescenta-se a taxa dos correios (a consultar).
- Para efetuar o pagamento faça depósito no Banco do Brasil Ag. 3603-X, C/C 42.000-X e nos envie uma cópia do comprovante via e-mail: [sbem@sbembrasil.org.br](mailto:sbem@sbembrasil.org.br) ou tel./fax (61) 3107-5942, juntamente com a descrição do pedido e seu endereço completo.



Veja mais em [www.sbembrasil.org.br](http://www.sbembrasil.org.br)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA